



ALVITO
MUNICÍPIO

Convite à apresentação de propostas

Procedimento n.º AD 40/2024

Ajuste direto

Aquisição de Serviços

**Elaboração dos projetos para requalificação urbana e
paisagística do Rossio e envolvente da Ermida de São
Sebastião, em Alvito**

Índice

- 1 - Entidade Adjudicante
- 2 - Órgão que tomou a decisão de contratar
- 3 - Tipo de Procedimento
- 4 - Fundamento da escolha do procedimento
- 5 - Escolha das entidades convidadas
- 6 - Objeto do contrato
- 7 - Peças do procedimento
- 8 – Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta
- 9 - Idioma dos documentos da proposta
- 10 - Prazo da obrigação de manutenção das propostas
- 11 - Critério de adjudicação
- 12 – Esclarecimentos
- 13 - Propostas variantes
- 14 – Caução
- 15 - Negociação
- 16 - Tipo de contrato
- 17 – Contrato
- 18 - Preço base
- 19- Consulta preliminar ao mercado
- 20 - Prazo e modo de apresentação das propostas
- 21 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados
- 22 - Registo Central do Beneficiário Efetivo
- 23 - Idioma dos documentos de habilitação
- 24 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação
- 25- Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados
- 26 - Assinatura eletrónica dos documentos
- 27 - Publicitação e eficácia do contrato
- 28 - Legislação Aplicável
- ANEXO I - Modelo de declaração - [a que se refere à alínea a) do n.º1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]
- ANEXO II - Modelo de declaração - [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]
- Anexo III - Modelo de proposta

CONVITE

Ajuste direto para aquisição de serviços

Nos termos dos artigos 114º a 127º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a Câmara Municipal de Alvito convida V. Exª a apresentar proposta, até às 17:00 horas do 6.º dia a contar da data do recebimento deste convite, para "*Elaboração dos projetos para requalificação urbana e paisagística do Rossio e envolvente da Ermida de São Sebastião, em Alvito*", devendo observar-se o seguinte:

1 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Alvito, sita no Largo do Relógio, n.º 1, 7920-022 Alvito; com o NIF: 501 288 120; telefone nº 284 480 800 e e-mail: geral@cm-alvito.pt;

2 - Órgão que tomou a decisão de contratar

A abertura do presente procedimento tem por base o despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alvito, proferido no âmbito das competências próprias atribuídas por lei;

3 - Tipo de Procedimento

Procedimento por ajuste direto, nos termos da alínea d), do nº 1, do artº 20º, do CCP;

4 - Fundamento da escolha do procedimento

De acordo com as disposições conjugadas do artigo 18.º e do artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP, a escolha do procedimento por ajuste direto é feito tendo por base o valor do contrato;

5 - Escolha das entidades convidadas

Sob pena de incorrer numa contra ordenação muito grave, nos termos do disposto no artigo 456.º do CCP, na sua redação atual, alerta-se V. Exª para o dever de comunicar a esta entidade adjudicante, caso não tenha condições para apresentação de proposta, de acordo com o determinado no n.º 6. do artigo 113.º do mesmo diploma legal, o qual se passa a citar:

“Não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades especialmente relacionadas com as entidades referidas nos n.ºs 2 e 5, considerando-se como tais, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo”.

6 - Objeto do contrato

Elaboração dos projetos para requalificação urbana e paisagística do Rossio e envolvente da Ermida de São Sebastião, em Alvito.

7 - Peças do procedimento

Todas as peças do procedimento serão enviadas com o Convite.

8 – Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

A proposta é constituída pelos seguintes documentos, de acordo com o art.º 57.º do CCP:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao CCP (Formato PDF);
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (Formato PDF);

Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, e não incluem o IVA;

Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;

- c) Certidão permanente comercial ou código de acesso, quando aplicável (formato PDF);
- d) Constituição da equipa técnica projetista:
 - Indicação dos elementos da equipa projetista com identificação completa do coordenador de projeto e dos autores de projeto, a especificação das funções que assumem e dos projetos que elaboram, ficando discriminada em documento anexo ao contrato a celebrar na sequência deste procedimento, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, na sua atual redação;

- A equipa projetista referida só poderá ser alterada mediante prévio e expresso consentimento da entidade adjudicante.

- e) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos autores de projetos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, na sua atual redação

Poderão ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto no artigo n.º 4 do artigo 57.º do CCP

9 - Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, de acordo com o n.º 1 do art.º 58.º do CCP.

10 - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo de validade das propostas é de 66 dias úteis, contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, nos termos do artigo 65º do CCP.

11 - Critério de adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo o referido fator o preço.

12 – Esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados ao serviço de Contratação Pública de Empreitadas, Bens e Serviços e endereçados exclusivamente através da plataforma eletrónica da acingov.

13 - Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes;

14 – Caução

Nos termos do art.º. 88º, do CCP, não será exigida a prestação de caução,

15 - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

16 - Tipo de contrato

Aquisição de serviços

17 – Contrato

Nos termos do artº 94º, do CCP, será celebrado contrato escrito.

18 - Preço base

O preço base é de **19.950,00€** (dezanove mil, novecentos e cinquenta euros), valor sem IVA incluído.

19- Consulta preliminar ao mercado

Foi realizada uma consulta preliminar ao mercado nos termos do disposto no artigo 35.º A do CCP.

20 - Prazo e modo de apresentação das propostas

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados até às 17:00 horas do **6.º dia a contar da data do recebimento deste convite** em formato eletrónico, exclusivamente, através da plataforma eletrónica da acingov.

Dispõe o nº 3 do artº 470º do CCP que, os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados. Mais se esclarece que, nos termos da al. b) do nº 1 do artº 87º do Código do Procedimento Administrativo, não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr, ou seja, a contagem do prazo iniciou-se no dia seguinte ao do envio do convite para apresentação das propostas.

Sempre que os documentos sejam assinados por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

21 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

Nos termos do estabelecido no artigo 81º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP (Formato PDF);
- b) Documentos comprovativos de que se encontra nas seguintes situações:
 - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP (formato PDF);

- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP (formato PDF);
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP (formato PDF);
- d) Para efeitos de celebração do contrato, documento que identifique o representante do adjudicatário que intervirá na outorga (formato PDF)

22 - Registo Central do Beneficiário Efetivo

1 - Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar **documento obtido na consulta eletrónica ao RCBE e que evidencie o cumprimento das obrigações declarativas** previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto (formato PDF).

2 - Tendo em atenção o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º A do CCP.

23 - Idioma dos documentos de habilitação

1 - Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

2 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

24 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação e do RCBE

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação e do RCBE é de 5 dias após a data de adjudicação.

25- Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que podem levar à caducidade da adjudicação, é de 2 dias.

26 - Assinatura eletrónica dos documentos

Todos os documentos enviados, deverão ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o disposto no artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente juntar documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

27 - Publicitação e eficácia do contrato

De acordo com o n.º 3 do artigo 127.º do CCP, a publicitação da celebração do contrato no portal da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) é condição do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

28 - Legislação Aplicável

Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

Alvito, 22 de novembro de 2024.

O Presidente da Câmara,

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere à alínea a) do n.º1 do artigo 57.º ou a subalínea f) da alínea b) e alínea c) do n.º3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representação legal de (*1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (*2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reversas, todas as cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (*3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo a que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (*4)].

(*1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(*2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(*3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º1 e nos n.º2 e 3 do artigo 57.º

(*4) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III

Modelo de proposta

-----, contribuinte n.º-----, na qualidade de representante legal da (nome da empresa) contribuinte fiscal n.º -----, com sede na (morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Procedimento (especificar o procedimento de contratação), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos e legislação aplicável, pelo valor de ----- (valor por extenso), a que acresce o I.V.A., à taxa legal.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato a celebrar, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.